

**MUNICÍPIO DE OURÉM**

Assembleia Municipal

MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018**02.02 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019 – ORÇAMENTO; GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2019/2022. -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 40242**, datado de **2018.11.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2018.11.05, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta dos documentos previsionais citados em epígrafe, para efeitos do disposto na alínea c), do n.º1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e bem assim do disposto na alínea a), do n.º1, do artigo 25.º do mesmo diploma legal. -----

----- Foi ainda remetido um link de acesso ao citado documento, o qual foi previamente dado a conhecer a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “ORÇAMENTO -----
GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2019/2022 -----

O **Senhor Presidente** apresentou e submeteu a discussão os documentos indicados em epígrafe, resultantes do trabalho interno dos serviços municipais, com as sugestões colhidas após distribuição de documento preliminar pelos senhores vereadores. Foi cumprido o estatuto do direito de oposição, em conformidade com o n.º 3, do artigo 5.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio. -----

A proposta do orçamento importa tanto na receita, como na despesa, em **42.961.350,00€** (Quarenta e dois milhões, novecentos e sessenta e um mil e trezentos e cinquenta euros). -----

O **Senhor Presidente** solicitou a presença na sala do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, que procedeu a uma breve apresentação sobre os principais pontos dos documentos em causa.” -----

----- Esteve presente o Chefe da Divisão de Gestão Financeira a fim de apresentar uma projeção síntese sobre os principais pontos da matéria em análise (ver processo arquivado na respetiva pasta). -----

----- Tomando a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal complementou a exposição, mais técnica, apresentada pelo chefe de divisão, dando conta dos principais investimentos previstos nos documentos e que constam na sua comunicação no ponto 01.03 da ordem de trabalhos. -----



MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

Sublinhou ainda o facto do presente orçamento ser o primeiro, há vários anos, que existe sem qualquer empresa municipal, o que é relevante. -----

----- Finda a exposição, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição proferida, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “O grupo parlamentar do PSD começa por felicitar os técnicos da Câmara Municipal, na pessoa do Dr. Fernando Marques, pela explanação e trabalho efetuado neste documento. -----

Sendo este “verdadeiramente” o primeiro orçamento inteiramente da responsabilidade da coligação PSD/CDS, congratulamos o executivo pela audácia e visão que o mesmo reflete e podemos resumi-lo assim: -----

Primeiro, na estratégia de descentralização, nomeadamente nas freguesias, concretizando-se num acréscimo significativo no seu apoio direto e indireto. -----

Segundo, pela forte aposta na requalificação das cidades de Ourém e Fátima, sendo alguns exemplos disso as seguintes propostas: -----

- Investimento na reabilitação da estrada de Leiria; -----
- Obras de reabilitação do cineteatro de Ourém -----
- Obras de reabilitação no Centro Histórico de Ourém -----
- Obras de saneamento em Fátima -----
- Criação de uma ciclovia na Estrada da Ortiga; -----
- Expansão do parque ribeirinho; -----
- Requalificação do jardim Plessis Trévisse, -----
- Entre outros. -----

Também a aposta no apoio ao tecido empresarial de Ourém é bem patente no documento com a edificação do edifício consignado às start-up, com a aquisição de terrenos para a execução de um projeto para a Zona Industrial da Freixianda, com a ampliação da Zona Industrial de Caxarias, através de protocolo com a Junta de Freguesia de Urqueira; e ainda um outro projeto para a Zona Industrial de Ourém. -----



MUNICÍPIO DE OUREM

Assembleia Municipal

Este orçamento aposta fortemente no investimento municipal, veja-se o incremento no investimento municipal, na ordem dos 2,8 milhões de euros em relação ao ano anterior, projetando investimentos a realizar em mais de 16 milhões de euros. -----

Surpreendentemente, os vereadores do Partido Socialista votaram contra todos estes investimentos. Este é um facto que não o vão poder esconder junto da população e que certamente vai estar na nossa memória no decorrer do ano de 2019. -----

Em súmula, este orçamento é um documento que se nos afigura realista e de grande ambição e que contribuirá para projetar Ourém, como um todo, e trazer mais qualidade de vida a todos quantos aqui residem.” -----

= **MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS**, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

Exmos. Senhores Vereadores, -----

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

Exmos. Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----

Exmas. Autoridades e representantes de Associações e outras Instituições -----

Exmos. Senhores Funcionários, -----

Exmos. Convidados, -----

Exmos. Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----

Público presente, -----

Minhas Senhoras, meus Senhores, -----

O CDS comprometeu-se a promover uma gestão eficiente, equilibrada e transparente dos serviços públicos autárquicos, reduzindo, em simultâneo, a carga fiscal que hoje onera as famílias e as empresas. A redução ou mesmo extinção de impostos e/ou taxas constitui, para nós, um fator decisivo para promover e favorecer a família, dinamizar o tecido social e económico e contribuir para a criação de mais postos de trabalho e de mais riqueza ao nível municipal, além de servir para fomentar políticas urbanísticas, de desenvolvimento, de combate à desertificação e de recuperação de zonas do interior. -----



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

Em fevereiro deste mesmo ano, aqui, nesta sede, o CDS apresentou e propôs aquelas que são as suas linhas de opção prioritárias. Sabemos bem qual é a nossa dimensão, mas também conhecemos bem os pontos de convergência existentes entre os partidos que compõem a maioria. Também sabemos que algumas das ideias propostas e defendidas pelo CDS não pode ser implementadas já. Como tive oportunidade de referir então, se algumas delas são já propostas concretas, outras precisam ainda de ser devidamente trabalhadas. -----

Minhas Senhoras -----

Meus Senhores, -----

O CDS não foge ao tema que paira na sala e tem já uma opinião formada sobre a criação de uma taxa de ocupação turística. Não é, todavia, o momento nem para tomar uma posição final sobre o assunto nem, por maioria de razão, para a divulgar. O CDS votará, por isso, esta proposta de Orçamento como se a receita da Taxa de Ocupação Turística nele não estivesse inscrita. Na verdade, para o CDS – como, de resto, para todos - esta taxa não existe. Se quiserem, não existe ainda! -----

Poderíamos ter facilmente enfileirado pelos que se esforçam hoje por condicionar a votação da Proposta de Orçamento à existência dessa taxa. Seria, do nosso ponto de vista, um erro! De facto, se assim fosse e se a proposta de Orçamento fosse aprovada, como é, aliás, expectável, a conclusão política a tirar seria, então, a de que a Taxa Turística já teria passado, já teria sido aprovada. Ou seja, politicamente, a leitura seria simples e seria a seguinte: Ourém já criou a sua Taxa de Ocupação Turística! -----

Ora, essa, é justamente a conclusão que o CDS não pretende que seja tirada hoje, porque a esse respeito há ainda um debate a fazer, há ainda um debate por fazer. Um debate específico e sério nesta Assembleia, para o qual estamos já todos convocados. Porque, na verdade, a criação da taxa coloca um problema e o problema colocado, já perfeitamente identificado, vai ter de ser resolvido ou, pelo menos, atenuado. Por isso, o CDS pede para que não seja tirada, agora, qualquer conclusão sobre a Taxa Turística. -----

Senhor Presidente -----

Minhas Senhoras e meus Senhores -----

Falemos agora de um imposto, falemos agora do IMI. O IMI é um imposto que, do nosso ponto de vista e no que se refere a prédios urbanos, é muito injusto. Na verdade, é um imposto que



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

se tem vindo cada vez mais a transformar numa renda, numa renda a pagar ao Estado, que não é o proprietário do bem sobre o qual incide o imposto, com a agravante de, esse bem, ter sido integralmente pago por quem o comprou, fez ou mandou fazer e que, tendo-o comprado, feito ou mandado fazer, pagou sempre, em cada fase, e integralmente, todos os impostos até que o bem pudesse ser tornado seu. -----

Há mais de 4 anos que não se mexia no IMI em Ourém. Nessa altura, foi também para descer. Como agora, por iniciativa dos mesmos e do MOVE, honra lhe seja feita! É pequena a descida? É! Mas é um começo. E neste primeiro ano de mandato, já houve, em matéria de taxas e impostos, alguns começos. Todos pequenos, é verdade. Mas é preferível baixar pouco de cada vez e baixá-los efetiva e continuamente, do que subi-los ou mesmo mantê-los. Registe-se, pois, que foi em 2018 que foi tomada a decisão de reiniciar a descida do IMI em Ourém. -----

Quanto ao mais, Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, o CDS lamenta a abordagem efetuada por aqueles que, também entre nós, revelam um 'ímpeto reversionista'! --- Explico. O CDS considera muito importante, sempre que haja alternância de poder, que se estudem as opções tomadas por quem decidiu anteriormente. E se estas tiverem sido boas, ainda que não sejam ótimas, então, devem ser continuadas; se, pelo contrário, tiverem sido más, que sejam, então, travadas. -----

A obsessão por reversões o que revela é que o valor da continuidade institucional é um valor desprezível. E, do nosso ponto de vista, não é! Nem intrinsecamente nem, normalmente, financeiramente. Além do mais, é perfeitamente natural que projetos que só começaram a avançar no final de um derradeiro mandato, sejam continuados por quem sucede e não simplesmente travados apenas porque quem os decidiu tinha outra cor política! É tempo de pensarmos de forma diferente e de pormos, verdadeiramente, Ourém e os oureenses em primeiro lugar! -----

Andou, por isso, bem o Executivo camarário ao dar seguimento aos bons projetos que vinham de trás, ao emendar os que não estavam corretos e ao avançar com novos. É assim que deve ser! -----

Finalmente, recupero as projeções muito recentes, do início desta semana, do Banco de Portugal sobre o período 2018-2021 e que estão em linha com as projeções para o mesmo



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

período publicadas para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu: o PIB crescerá 2,1% em 2018, 1,8% em 2019, 1,7% em 2020 e 1,6% em 2021. Ou seja, a economia portuguesa vai entrar em desaceleração, o que a acrescer aos focos de agitação social a que temos vindo a assistir por todo o país e que não se prevê que venham a terminar tão cedo, nos deve levar a refletir e a usarmos de toda a prudência. -----

Andou, por isso, também bem o Executivo camarário ao ter elaborado uma Proposta de Orçamento realista, de base sólida, responsável e equilibrada e que, além do mais, olha o conjunto do concelho como um todo. -----

Pode, pois, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, contar com o nosso voto favorável à Proposta de Orçamento apresentada, com a ressalva, sublinho, de que a Taxa de Ocupação Turística ainda não foi aprovada e de que este não é o instrumento que a aprova.” --

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostava de fazer duas menções ao que os colegas anteriormente disseram. -----

Vem o senhor deputado Orlando Cavaco repetir uma mentira, lamento, mas não tenho outra maneira de dizer isto. E, uma mentira várias vezes repetida não passa a ser verdade, ou seja, os vereadores do PS não votaram contra as grandes opções do plano do PSD. O orçamento camarário, ao contrário do orçamento nacional, não tem especialidades, o orçamento é votado no seu todo e não podemos, em momento algum, votar contra uma coisa e a favor de outra. ----

Na intervenção do deputado Martim, aparentemente, haverá quatrocentos mil euros virtuais no orçamento, é o que está orçamentado para a questão da taxa turística. -----

Eu denominei esta minha intervenção por: -----

ORÇAMENTO DE TAXAS E TAXINHAS OU DO AUMENTO BRUTAL DAS TAXAS -----

Quem diria que o primeiro orçamento verdadeiramente baseado nas ideias deste executivo camarário poderá vir a ser conhecido pelo “Orçamento de taxas e taxinhas ou Orçamento do Aumento Brutal de Taxas”, se não vejamos: -----

- Segundo a pág. 143 da proposta de orçamento, o valor dos impostos indiretos a cobrar vai aumentar 187%. -----

- Aproximadamente 73% dos valores de impostos indiretos são constituídos por taxas de saneamento -----



MUNICÍPIO DE OUREM

Assembleia Municipal

7

- O município de Ourem já tem o valor mais caro de consumo de água de toda a região (tendo em conta os municípios de Porto de Mós, Alcanena, Torres Novas, Tomar, Alvaiázere, Pombal e Leiria). Tendo como referencia o consumo de 120 metros cúbicos de água por ano, o preço a pagar em Ourem é € 176,35, quando por exemplo em Leiria é € 139,20, em Torres Novas é € 110,92 e em Pombal € 106,80. Não nos esqueçamos que tudo isto vêm de uma ruinosa concessão a privados, feita por um elenco do PSD, que ainda estamos todos a pagar. Todos podemos estar conscientes, que este acordo terá sido bom para alguém, mas de certeza que para a população do nosso concelho não foi. Não nos podemos esquecer que o anterior elenco camarário conseguiu evitar um aumento destes preços em 98% (pedido de dono da concessão), graças a uma longa batalha judicial e amenizou o valor do aumento para 50%. ----

- Quando imputarmos o aumento das taxas previsto neste Orçamento, aos valores que atualmente se pagam, a “fatura de água” (consumo + saneamento + resíduos sólidos) total a pagar no concelho de Ourem, vai ser de € 388,86, enquanto que em Leiria é de € 328,02, em Torres Novas é de € 256,66 e em Pombal de € 230,28. Parece-nos elucidativo do que nos espera. -----

- Só nesta rubrica orçamental temos mais de € 1.000.000,00 de aumentos em taxas. -----

- Como já está contabilizada uma taxa turística, ainda sem regulamento final aprovado, sem aprovação em reunião de camara e sem aprovação em Assembleia Municipal no valor de € 400.000,00. -----

- Estamos por isso a falar de um aumento brutal de taxas de aproximadamente € 1.500.000,00, mais de 200%. -----

- Acresce ainda o aumento de € 500.000,00 nas receitas dos impostos diretos. -----

- Uma verdadeira imensidão de aumentos. -----

Segundo é defendido pelo executivo municipal este aumento de taxas é uma exigência imediata da ERSAR, com a ameaça ou intimação que o município teria que devolver os fundos comunitários recebidos para saneamento. Ora o que a ERSAR diz é “Os tarifários a aprovar devem permitir a recuperação tendencial dos custos decorrentes dos Serviços prestados, ou seja que tendencialmente devem ser os utilizadores dos serviços a pagar o custo dos mesmos”. Sublinho o tendencialmente porque todos estamos de acordo que este ajustamento deve ser feito e que até já deveria ter começado antes. -----



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

Nada diz, no entanto, que terá que ser tudo feito neste ano, tudo à bruta, tudo a pensar na máxima e rápida cobrança de taxas, e aqui está a grande questão política. -----

Está aliás por demonstrar ou apresentar a primeira autarquia que teve que devolver fundos comunitários por esta razão. -----

Achamos que o executivo deve ter lido em algum livro de ciência política ou terá mesmo tido oportunidade de ler “O Príncipe” de Maquiavel e tomado como boa, a ideia, que todas as medidas desagradáveis para os eleitores, devem ser tomadas no princípio de mandato que depois as pessoas vão esquecer-se. -----

O executivo vai ficar com mais € 1.500.000 nas suas receitas, que está a tirar, de uma só vez, num só ano, aos cidadãos e empresas deste concelho, com a única intenção de aumentar exponencialmente o valor disponível, não aproveitando a boa saúde financeira que a Câmara goza, facto reconhecido tanto pelo executivo como pela oposição. -----

Estamos a falar claramente de uma opção política que a maioria tem que assumir e que nós não nos cansaremos de lembrar. -----

Ficamos curiosos como vai este Executivo defender a proposta nesta Assembleia Municipal, particularmente nos partidos que suportam esta maioria atendendo às posições políticas públicas como a registada pelo Presidente da AMO, Sr. Eng.º João Moura, como a título de exemplo aquela que proferiu na rede social Facebook no dia 21 de Outubro de 2018 pelas 14h01 tendo partilhado um artigo do Jornal de Notícias com o título “Carga de Impostos ainda é maior do que antes da troika!”, tendo merecido um comentário: **“Impostos!? Coisas de Esquerda!”**? Analisando o aumento de Impostos e taxas estamos a falar em mais de € 2.000.000,00, acho que podemos afirmar que se mantiver coerente, algo de que não duvidamos, irá afirmar ou postar “ IMPOSTOS!?! COISAS DE DIREITA!” -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Ex.º Sr. Presidente da Assembleia e respetivos membros da mesa, -----

Ex.º Sr. Presidente da Câmara, -----

Srs. Vereadores, -----

Srs. Presidentes de Junta, -----

Srs. Deputados, -----



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

9

Minhas senhoras e meus senhores, -----

Após análise do Executivo da Junta de Freguesia a estes documentos, elaboramos a seguinte declaração: -----

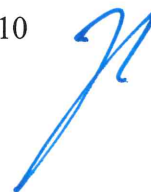
A propósito do Orçamento para 2019 e das Grandes Opções do Plano, vimos publicamente dar os parabéns a este Executivo por verificarmos que a cidade de Fátima, os fatimenses e os milhões que anualmente nos visitam, não só em Fátima como também no Concelho, no Castelo, no Agroal, no Monumento Pegadas Dinossauros, terão finalmente a atenção devida no que concerne a investimentos em infraestruturas. -----

É bom lembrar que se trata de uma das duas cidades do Município, e pensamos nós que é aquela que mais visibilidade nacional e internacional garante, e que mais investimento privado atrai todos os anos. -----

Por outro lado, Fátima é parte integrante do concelho de Ourém, representando cerca de um quarto do seu território e da sua população. Nem vale a pena falar no dinamismo económico que garante ao nosso concelho e à nossa região, além do que isso representará ao nível da receita que ajuda a sustentar o orçamento camarário, ano após ano. -----

Queremos aqui destacar a intenção de reabilitar a estrada de Leiria, de criar uma ciclovía que ligará o Santuário de Nossa Senhora da Ortiga à nossa sede de Freguesia, bem como a requalificação da Avenida Irmã Lúcia de Jesus, que liga Fátima sede à Rotunda dos Pastorinhos. Destacamos também a intenção de requalificar a Av. João XXIII, obra importantíssima e urgente. Apesar de nos parecer com uma dotação francamente escassa, registamos com agrado a intenção de requalificar diversas ruas importantíssimas e que revelam muita perigosidade para os transeuntes, como são os casos da Rua de São João Eudes, da Rua Dr. Júlio Ferreira Constantino e da Rua Anjo de Portugal, Rua esta que nós operações para as grandes peregrinações é sempre considerada o corredor de emergência. Trata-se de vias estruturantes para a cidade e que têm diariamente um fluxo de peões e veículos muito grande. -----

Um ponto extremamente sensível, onde têm ocorridos frequentemente vários acidentes, é o cruzamento onde se inicia a Estrada de Alvega e que finalmente será intervencionado. Estamos também muito satisfeitos com a maneira de atuar deste Executivo camarário, o que não acontecia anteriormente, estou a falar assim pois sei que se está a trabalhar relativamente



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

à Estrada de Minde, pois já tive reuniões com o Senhor Vereador sobre o assunto e assim haverá uma obra com contributos de todos e será mais positiva para a Freguesia. -----

Também elogiamos a intenção de requalificar o único acesso a um dos principais bairros da cidade, como é o caso do Bairro de Nossa Senhora da Conceição. Há igualmente a registar a intervenção no saneamento básico, uma obra que há muito se esperava, pois, nos últimos dois mandatos nem um único metro foi aumentado, pelo Município, à escassa rede existente. Só a título de exemplo, lembramos que a aldeia mais conhecida de Portugal, Aljustrel, ou Fátima sede, ainda não têm saneamento. -----

Uma nota também muito positiva neste documento está relacionada com o apoio que o Município está a prestar à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima, no que diz respeito à aquisição de terrenos para instalação do seu quartel. Os Bombeiros de Fátima são a única corporação do Distrito que não tem instalações próprias e ao longo da sua existência o Município não despendeu de qualquer verba para apoio a instalações. Ainda na área da proteção e socorro, mais uma vez os nossos parabéns pela criação de mais duas Equipas de Intervenção Permanente, uma em Fátima e outra em Caxarias, que se vêm juntar à já existente em Ourém, equipas que de 5 bombeiros profissionais, cujos salários são assegurados em partes iguais pelo Município e pelo Administração Central. Assim, os nossos munícipes ficarão muito mais protegidos contra os infortúnios do dia a dia. -----

Elogiamos também a intenção de equipar Fátima e Ourém com novos meios tecnológicos e interativos de informação turística, com conteúdos digitais, tal como a implementação de uma rede WIFI, imprescindível em qualquer cidade que se queira moderna e atrativa, para mais em locais que registam uma impressionante afluência turística como sendo a Av. D. José Alves Correia da Silva e as artérias confinantes. Destacamos ainda um dos equipamentos mais ambicionados pela população da nossa Freguesia, que continuam sem perceber por que razão Fátima continua a não ter um espaço de lazer público, num dos locais mais povoados e dinâmicos do concelho. -----

É urgente iniciar as obras do Parque da Cidade, já anunciado no anterior mandato e que, esperamos, terá, entretanto, luz verde para a sua execução, visto estar contemplado neste orçamento e nas GOP. Por fim, queremos enaltecer a criação de um auditório no edifício dos Monfortinos que dotará a cidade de Fátima e o Município de condições para a apresentação



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

regular de eventos culturais, dos mais qualificados aos mais populares das inúmeras associações existentes na freguesia e no concelho. Registamos com agrado que o dono da obra será a Câmara, garante de que no futuro aquele equipamento estará à disposição de todos. Por isso mesmo, solicitamos um cuidado acrescido na elaboração dos necessários protocolos de utilização, evitando que o mesmo possa ficar em regime de usufruto exclusivo de qualquer instituição. -----

A terminar esta nossa intervenção, e não obstante o meu voto que desde já anúncio favorável a estes documentos em apreço, quero manifestar o nosso total desacordo em relação à implementação de uma possível taxa de ocupação turística. Desde logo por uma questão de postura ética e moral: não podemos andar permanentemente a protestar e a lutar contra a proliferação de taxas e taxinhas impostas pela Administração Central e, em simultâneo, defender localmente uma nova taxa ou um novo imposto municipal. Além disso, Fátima é um local de peregrinação que foge muito ao típico local turístico. O peregrino vem a Fátima manifestar a sua fé, muitas vezes em situação de penitência e sacrifício, e não apenas por uma questão de lazer, por isso não concordamos que se aplique um custo acrescido a estas pessoas. A taxa de ocupação hoteleira na cidade é muito baixa, cerca de 50%, o que está muito longe das taxas de ocupação existentes em Lisboa, Porto e Algarve, portanto não se trata de uma questão de pegada ou pressão ecológica. Aliás, os serviços de recolha e tratamento de lixo, manutenção da segurança de bens e pessoas, locais sanitários, entre outros, já são assegurados pelas unidades hoteleiras aos seus clientes, bem como pelo Santuário. Por outro lado, quem porventura mais contribui para a tão falada pegada ecológica são os peregrinos que nos visitam, a pé ou em veículo próprio, e que não pernoitam na cidade, e não nos passa pela cabeça taxar estas pessoas. Falamos nesta questão, pois verificámos que está contemplada uma verba nas receitas, já para 2019, em relação à taxa acima referida. No momento próprio da discussão sobre este assunto, apresentaremos todos os argumentos, os já referidos e outros, que sustentam a nossa decisão de nos opormos à implementação da taxa turística. Se o objetivo é aumentar a receita no Município, principalmente nas suas cidades, como forma de equilibrar a balança receita/despesa, sugerimos que se aproveite a oportunidade que a nova lei-quadro da transferência de competências para as autarquias e comunidades intermunicipais confere. Falamos da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, em



MUNICÍPIO DE OUREM
Assembleia Municipal

concreto no Artigo 27.º, referente ao estacionamento público. Citando, aí se refere que «É da competência dos órgãos municipais regular, fiscalizar, instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais rodoviários em matéria de estacionamento nas vias e espaços públicos dentro das localidades, para além dos destinados a parques ou zonas de estacionamento». Isto abre uma janela de oportunidade para, por um lado, regular o estacionamento público em zonas mais sensíveis e, por outro, criar uma nova fonte de receita, principalmente ao nível das contraordenações e do estacionamento pago, através de parquímetros. Certamente, falamos de valores que serão superiores à receita estimada com a taxa turística. Achamos que esta medida será mais universal e justa tendo em conta a pegada ecológica. -----

Terminamos, desejando uma boa execução orçamental, e mais ainda o melhor para o nosso concelho. Votos de um Santo e Feliz Natal a todos, com um 2019 verdadeiramente novo para todo o nosso Concelho!" -----

----- Solicitando a palavra, a senhora VEREADORA CÍLIA MARIA DE JESUS SEIXO expôs o seguinte: "Boa tarde a todos -----

A minha intervenção vem na sequência da declaração do senhor Orlando Cavaco e gostaria de fazer uma intervenção em defesa da honra. Gostaria de remeter para a declaração que os vereadores do PS apresentaram e que está publicada em ata, no dia 3 de dezembro, onde nós dizemos exatamente isto: «...pois naturalmente nunca votaríamos contra todas as políticas que de alguma forma vão ao encontro das necessidades dos oureenses. Não votamos contra a continuidade de obras tão relevantes e que já vem de trás como sendo obras de saneamento, requalificação da Vila Medieval, do cineteatro, dos Jardins e Parques, dos vários centros escolares, aos apoios às coletividades, às Juntas de Freguesia, aos Bombeiros, à requalificação de Zonas Industriais e muitos mais. Nem tão pouco estamos contra as propostas que são bandeira deste Executivo como a Start Up's ou mesmo o apoio à Natalidade embora com um cunho diferente se fossemos nós a governação da Câmara.» -----

E, por fim terminamos: «Mas podemos aqui relembra-las e que fique claro que as **RAZÕES DO NOSSO SENTIDO DE VOTO** prendem-se sobretudo pela inscrição no Orçamento de 2019 da **TAXA MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA** e pelo caminho dado ao ajustamento das **TAXAS E CUSTOS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO E DE RESÍDUOS URBANOS.**» -----



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

Assim, da próxima vez, antes da sua intervenção sugeria que fizesse o seu trabalho de casa com mais cuidado e que lesse as nossas declarações. -----

Obrigada.” -----

----- Tomando a palavra o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Depois das considerações que foram feitas sobre o documento, parece-me que pode ser importante prestar aqui alguns esclarecimentos adicionais. -----

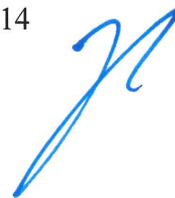
Estamos a falar de um orçamento. E um orçamento é isso mesmo, um documento previsional.

Uma nota aos senhores deputados do PS. Tenho de lamentar que em dois orçamentos, os contributos do PS tenham sido zero. É verdade que os senhores vereadores do PS apresentaram os seus contributos neste orçamento, mas o PS zero. -----

Todos os outros partidos com assento aqui, o MOVE, o CDS e PSD, apresentaram os seus contributos. O PS zero. Mesmo que quiséssemos aproveitar alguns dos vossos contributos, não os poderíamos verter porque não os temos. -----

Quanto ao documento previsional. O saldo de gerência que está vertido neste documento, hoje aqui em aprovação, é de 3,3 milhões de euros. Estamos a falar de um documento que foi elaborado em outubro, agora estamos quase no final do ano. Hoje, podemos dizer aqui, com alguma segurança, que o saldo de gerência não são os 3,3 milhões de euros, mas será um valor superior a 4,3 milhões de euros. O que significa que este orçamento, só nesta rubrica, tem a mais 1 milhão de euros, em relação àquilo que está aqui hoje em apreço. Como também, o valor dos impostos diretos que são transferidos para o município, como o IMI, Derrama, IMT e IUC, hoje, são cerca de 400 mil euros superiores aos valores que estão aqui vertidos no orçamento. Por isso, tudo isto é viável. -----

No ano passado, os senhores aprovaram, por unanimidade, um orçamento que previa um empréstimo bancário de 3 milhões de euros. Não foi preciso fazê-lo. Hoje, o que está aqui vertido neste orçamento é uma mera previsão. Hoje, estamos a aprovar um documento que é um documento estratégico para o próximo ano e, como disse, e bem, o senhor deputado Martim Borges, não estamos aqui a aprovar uma taxa turística. Havemos de ter essa oportunidade de discutir aqui, como estamos a discutir com as entidades que entendemos dever discutir esse assunto. Também o Presidente de Junta de Fátima disse, e bem, venceu a sua posição dizendo que vai aprovar o orçamento, mas vincando a sua discordância face à



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

taxa turística. Acho que é este o caminho correto. Agora, não é estarmos aqui a votar contra ou a abstermo-nos com uma coisa que concordamos 99% e, por uma coisa que ali figura, vamos votar contra. Convenhamos que não me parece que seja a atitude mais correta. -----

Permitam-me sublinhar a necessidade urgente de atualizarmos as taxas de saneamento. O meu antecessor assinou uma declaração, um compromisso que diz: *«para efeitos de apresentação da candidatura ao POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no uso de Recursos – Aviso POSEUR, rede de drenagem de águas residuais na freguesia de Espite, Matas e Cercal»* - há uma declaração igual para Fátima - *«o município de Ourém declara que se compromete a garantir um grau de recuperação de custos até 90%, até 2017 para o sistema de águas residuais»*. Estamos em 2018. Todos nós estamos a subsidiar um sistema em mais de 1 milhão de euros. Se os senhores tivessem, como deviam ter feito, atualizado os serviços, o município teria tido mais de 8 milhões de euros de investimento municipal no nosso território. E não foi feito porque os senhores não tiveram coragem para o fazer em 8 anos. E isso é que tem de ser dito. Estou aqui, o meu executivo está aqui, para assumir uma coisa que é uma obrigação que tem de ser feita. E, os senhores, mais uma vez, dizem que não, pode ser até 2020, à boa maneira socialista, empurrar para a frente, para que alguém resolva. Não senhor deputado. Estamos aqui para acertar os valores que têm de ser acertados por imposição do POSEUR porque, senão o fizermos, não podemos aceder a fundos comunitários e corremos o risco, se não o fizermos até 2020, termos de devolver as verbas que já recebemos e com a ERSAR é a mesma situação. -----

Mais, hoje, o que existe é uma recomendação, mas esta vai passar a ser obrigatoriedade para que os sistemas estejam todos equilibrados. Mas, para que fique mais tranquilo, este valor que está aqui plasmado no orçamento pode não ser preciso contemplá-lo porque, como já disse na minha intervenção inicial, estamos a estudar, em conjunto com mais cinco municípios, a constituição de uma entidade intermunicipal na área do saneamento. E, se isso acontecer, será essa entidade a gerir o sistema e, por isso, não será necessário este aumento agora plasmado neste documento. Pergunta-me, se assim é, há menos 1 milhão e 200 mil euros de receita. É verdade. Mas, também não nos podemos esquecer que ao transferir a gestão do saneamento para a nova entidade, ela também vai assumir o prejuízo que hoje temos, ou seja, não temos receita, mas vamos deixar de ter prejuízo. Significa que iremos ter, no próximo ano, pelo menos



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

1 milhão e 200 mil euros para investimento no nosso concelho, na cidade de Ourém, na cidade de Fátima e em todas as freguesias do concelho. -----

Isto é o que os senhores deveriam relevar. Que, finalmente, o concelho de Ourém, como todos os outros, vai ter as suas contas equilibradas também nesta situação, o que deveria estar feito há mais tempo. -----

Digo mais, o senhor deputado falou na concessão das águas. Obviamente que todos sabemos que, quando a concessão foi feita, os valores que foram previstos em termos de crescimento populacional, não estão corretos. Disse que o executivo anterior impediu que houvesse um aumento de 90%, revertendo para 50%. Mas, isto teve custos. O investimento que a Be Water devia realizar de 15 milhões de euros, passou para menos de metade. Hoje aconteceu o que todos vemos, as condutas de água do concelho têm ruturas. E, isto porque a Be Water, fruto do acordo que fez com o executivo liderado pelo PS, teve de reduzir o investimento que estava previsto no contrato de concessão. E isto também tem de ser dito. -----

O IMI, como já aqui foi dito, prevemos uma redução de 0,33 pra 0,325. Efetivamente é uma redução muito pequena, mas demonstra uma coerência da nossa parte, enquanto oposição. Na altura, na redução proposta pelo MOVE, e que nos associámos na redução do IMI de 0,38 para 0,33, nós, nessa mesma reunião apresentamos uma proposta de redução para 0,325 e, por uma questão de coerência, porque também o fizemos na oposição, entendemos que também agora devíamos repor nos mesmos moldes. -----

A Derrama, embora hoje não esteja aqui a ser discutida porque já o foi, gostaria de dizer que, já por duas vezes, houve uma baixa da nossa parte, nestes dois anos, e vai continuar a haver nos próximos 2 anos, até fixá-la numa taxa de 1%, seguramente uma das mais competitivas da nossa região.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL expôs o seguinte: “Defesa da honra -----

Senhor Presidente, a nível do município, por vezes fica-se com a impressão que há duas entidades, uma da responsabilidade da Câmara Municipal e outra da Assembleia Municipal. ----

No que diz respeito ao Partido Socialista, só há uma entidade. Deste modo, as propostas dos vereadores do Partido Socialista resultaram da articulação entre vereadores e eleitos à Assembleia Municipal. -----



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

16

Obrigado.” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA – 33 PRESENCAS: 23 VOTOS A FAVOR; 10 VOTOS CONTRA – 08 DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA E 02 DO GRUPO MUNICIPAL MOVE. -----

----- De seguida, apresentaram a respetiva declaração de voto, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Os documentos previsionais que o Executivo PSD/CDS submete a esta Assembleia, correspondem, ou deveriam corresponder, às estratégias políticas do atual executivo, passado que estão cerca de 15 meses de governação. -----

Num ambiente económico de âmbito nacional de crescimento, tendo o Governo projetado para 2019 um crescimento de 2,2% e um défice de 0,2%, o melhor do período pós 25 de Abril, a governação camarária, partindo de um situação financeira equilibrada deixada pelo Partido Socialista, pode apresentar um orçamento com uma receita de cerca de 43 milhões, que comparam com os cerca de 40 milhões de 2018, dos quais foram cobrados 31,346 milhões até 30 de novembro. -----

O crescimento previsto decorre na sua quase totalidade das receitas correntes (+11,12%, contra 0,12% das de capital), com especial destaque para os impostos e taxas (+17,74%). -----

Para este crescimento contribui de forma muito relevante, a inclusão da taxa turística (400.000 €) e o aumento das rubricas “Saneamento” (+903.700 €) e “Resíduos sólidos” (+407.000 €), as quais decorrem de processos normativos que ainda não se encontram concluídos, (Taxa Municipal de Ocupação Turística e Revisão do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém), evidenciando desrespeito pela manifestação da vontade pública e por este órgão deliberativo, a quem compete a decisão final. -----

Em termos de Plano de Investimentos, embora o valor previsto para o quadriénio de 2019-2022 traduza um aumento de cerca de 8.3 milhões de euros comparativamente ao período de 2018-2021, a análise por objetivo deixa-nos muito apreensivos quanto à evolução prevista para



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

alguns deles, nomeadamente para a Educação (-13,24%), Cultura, Desporto e Tempos Livres (-22,30%) e Saneamento e Salubridade (-4,18%). -----

No que diz respeito à Cultura, Desporto e Tempos Livres, não compreendemos a exclusão do “projeto 2018/01 - Pavilhão Gimnodesportivo de Ourém”, um investimento de há muito reclamado para a sede do Município. -----

Da análise do PPI ressalta uma outra conclusão evidente, que consiste no adiar de grande parte dos investimentos de relevo, de que destacamos os seguintes a título exemplificativo, comparando os valores previstos no PPI de 2018 com o de 2019: -----

- Centro Escolar de Caxarias - de 1.335.000 (2019), passou-se para 300.300 (2019) e 770.000 (2020); -----
- Cine-Teatro Municipal - de 565.800 (2018) e 1.550.000 (2019), passou-se para 1.423.000 (2019) e 930.000 (2020); -----
- Reabilitação do Castelo e Paço do Conde - de 670.000 (2018) e 1.300.000 (2019), passou-se para 740.000 (2019) e 1.500.500 (2020); -----
- Rua Dr. Francisco Sá Carneiro- de 900.000 (2019), passou para 147.000 (2019) e 1.550.000 (2020); -----
- Reabilitação do Jardim de Plessis Trévisse - de 60.000 (2018) e 370.000 (2019), passou-se para 171.750 (2019) e 150.000 (2020). -----

Relativamente ao Centro Escolar de Caxarias, ficam-nos dúvidas quanto aos valores orçamentados, uma vez que a Câmara deliberou reformular o projeto, implicando o aumento muito significativo do valor estimado para a sua execução. -----

O mesmo acontece com a reabilitação do Jardim de Plessis Trévisse, pois o Notícias de Ourém de hoje indica um valor de cerca de um milhão de euros para este projeto, cerca de três vezes mais do que o total previsto no PPI. -----

Assim, tendo em conta que o Orçamento apresenta receitas sem o respetivo suporte legal e com as quais estamos em desacordo, para além de penalizar fortemente as famílias agravando de forma abrupta as taxas de saneamento, sem que estes acréscimo se traduzam em melhorias significativas nos investimentos propostos, os eleitos do Partido Socialista, em consonância com as posições assumidas pelos nossos vereadores, votam contra os



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

18

documentos previsionais para o ano de 2019 – Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2019-2022.” -----

= CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seíça, expôs o seguinte: “Votei a favor com a convicção clara de que o senhor Presidente Luís Albuquerque vai dar o mesmo tratamento a todas as Freguesias, conforme tem afirmado publicamente. -----

A Freguesia de Seíça é das que mais carências tem e estão bem visíveis e identificadas nos diversos lugares da Freguesia, pelo que estamos esperançados que estas situações continuem a ser solucionadas no próximo ano e seguintes, contribuindo assim para que Seíça possa contribuir para o desenvolvimento do Concelho de Ourém. -----

Queria salientar o facto do Executivo que represento de manifestar o tratamento de prioridade dado à requalificação da Zona Industrial do Casal dos Frades – Freguesia de Seíça – Concelho de Ourém, contribuindo-se assim para o criar de mais emprego e mais riqueza para o Concelho.” -----

= FERNANDO DE OLIVEIRA FERREIRA, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Gondemaria e Olival, expôs o seguinte: “Embora considere que este orçamento não é, nem de longe, nem de perto, o orçamento ideal, basta olhar para o saneamento básico, relembro que a minha Freguesia não tem um metro quadrado executado. -----

Dei o meu voto favorável a este orçamento com a esperança de que os investimentos previstos e em projeto para a minha Freguesia se concretizem.” -----

= NUNO MIGUEL NEVES DOS PRAZERES expôs o seguinte: “Ex.mo Presidente do Município, Esta declaração de voto é um manifesto de congratulação pelo trabalho desenvolvido no presente ano de 2018. -----

Foi um ano em que se realizou obra, em que se apresentou um conjunto de intenções exequíveis e que definem com objetividade o percurso a seguir. -----

A Aposta no crescimento demográfico criando condições para que os jovens e suas famílias possam viver com qualidade no nosso Concelho. -----

A aposta na reabilitação e aumento nos parques industriais. -----

A aposta no apoio ao associativismo. -----



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

A aposta na criação de uma agenda cultural, aproveitando as infraestruturas existentes bem como a execução do projeto da Zona histórica do Castelo. -----

Contudo e mantendo uma linha de pensamento que tenho mantido desde 2009 nesta mesma Assembleia, julgo que este ponto da ordem de trabalhos, aprovação do Orçamento e as Grandes Opções do Plano deveria ser dividido em dois pontos. -----

Uma coisa é a proposta de um orçamento anual, outra bem diferente é a intenção de um documento como as Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2019/2022. -----

As GOP vão ao encontro do que foi apresentado e proposto a todos aqueles que vivem no concelho de Ourém nas últimas eleições. Neste ponto o meu voto é favorável. -----

Em relação ao Orçamento de 2019 temos algo de diferente. -----

Foi apresentado e está refletido a intensão de uma verba de 400.000,00€ para a Taxa Municipal de Ocupação Turística. -----

Taxa que será cobrada em mais de 99% aos estabelecimentos hoteleiros de Fátima (no ano de 2016 representou 495 332 dormidas no concelho) num universo de mais de 6 milhões de visitantes peregrinos / turistas. -----

Parece-me que se está a sobrecarregar um conjunto de entidades / cidadãos que já por si pagam a maior taxa de localização de IMI de toda a região Centro do País. Só as Cidades do Porto e Lisboa são comparáveis. -----

A declaração de voto que faço é a nível pessoal, como deputado eleito. -----

É um voto de congratulação, mas também é um voto de alerta. Um alerta de muitos dos cidadãos eleitores do nosso concelho que trabalham ou investem na Freguesia de Fátima. -----

Assim e pelo exposto, vínculo a minha séria reserva quanto à forma, conteúdo, aplicabilidade e finalidade da Taxa Municipal de Ocupação Turística. Reafirmo mesmo, a minha não concordância no 1 % da receita do Orçamento (TMOT) de todo o Município de Ourém que seria suportada por 0.1% da população que investiu na Cidade de Fátima. -----

Vinha decidido num voto de abstenção. -----

Contudo e após as explicações nesta Assembleia pelo Sr. Presidente da Câmara assumindo o compromisso na execução das Grandes Opções do Plano na Freguesia de Fátima e na reestruturação da proposta apresentada sobre a Taxa Municipal de Ocupação Turística (TMOT). -----



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

Concordo com 99% do Orçamento e tenho sérias reservas quanto a intenção da receita de 1% do mesmo, pelo que voto favoravelmente esta Proposta do Executivo do PSD- CDS do Orçamento para o ano de 2019.” -----

= FILIPE REMI CALLEBAUT MENDES, em nome do grupo municipal do MOVE, expôs o seguinte: “Votámos contra o documento apresentado que contém receitas prováveis pouco fundamentadas, tais como a taxa turística a aplicar, que consideramos um assalto direto às mais valias de Fátima, enquanto dinamizador turístico do concelho com a própria projeção do IMT. Também pelo facto concreto da revisão em baixa dos valores atribuídos às juntas de freguesia que, se no ano anterior já nos pareceu pouco face às suas responsabilidades, a sua baixa ainda limitará a forma direta de atuar e atender os cidadãos. -----

Ficamos estupefactos com o valor atribuído à taxa de serviços de saneamento e resíduos urbanos que penalizará, de forma direta, todos os que confiaram no município para estabelecer a sua residência. -----

Com base nisto, achamos anedótico considerar todas as evidências inscritas neste projeto de orçamento, seja uma defesa dos interesses coletivos do município.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Assembleia Municipal de Ourém, 20 de dezembro 2018. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,